



## **A REFORMA DO ENSINO MÉDIO: UM OLHAR SOBRE AS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DE ITAPETINGA/BA**

HILHENO, O. M.<sup>1</sup>

### **RESUMO:**

Diante do cenário político do Brasil em 2016, o governo federal impôs ao povo brasileiro de forma antidemocrática e aligeirada, logo no pós-golpe, uma Reforma do Ensino Médio. A repercussão sobre essa política educacional foi grande, pelo que ela propunha e pela forma que foi aprovada. Levando em conta este contexto, o presente trabalho é resultado de uma pesquisa que se propôs a ouvir a opinião das equipes gestoras (direção, coordenação pedagógica e professores) de escolas públicas e privadas do município de Itapetinga/BA, já que serão elas que irão implementar as mudanças propostas. Durante o ano de 2017, depois da aprovação da reforma, mas antes da publicação da Base Nacional Comum Curricular, foram realizadas entrevistas com professores dessas instituições para saber como estes viam os desdobramentos dessa política na educação brasileira. Os principais aportes teóricos para este estudo foram Motta e Frigotto (2017), Martins (1994) e Ferreti e Silva (2017). O olhar das diferentes escolas era bem parecido e também dialoga com os referenciais utilizados neste trabalho. O entendimento é de que esta reforma irá privilegiar estudantes pertencentes segmentos mais abastados e prejudicar os estudantes oriundos da classe trabalhadora, aumentando a desigualdade no país.

Palavras-chave: Reforma do Ensino Médio; Política Educacional; Escolas Públicas; Escolas Privadas.

### **INTRODUÇÃO**

O ano de 2016 foi extremamente conturbado para a política brasileira. Mais precisamente no dia 22 de setembro, depois de um turbilhão de acontecimentos – o que gerou, dentre outras coisas, o golpe que destituiu a presidenta Dilma Rousseff (SOUZA, 2017) – Michel Temer, que assumiu a cadeira do poder executivo na União apresentou ao Congresso Nacional a Medida Provisória (MP<sup>2</sup>) 746/16. Esta MP propôs mudar a estrutura curricular do Ensino Médio (EM<sup>3</sup>) no Brasil (ANPED, 2016).

Sem gerar um amplo debate sobre esse tema com a população, e conseguindo aprovação na câmara e no senado com grande rapidez (MOTTA; FRIGOTTO, 2017) – o que ocasionou em um debate raso e aligeirado no congresso –, a Reforma do Ensino Médio

<sup>1</sup> Hilheno Oliveira Miranda, graduando em Pedagogia na UESB, *Campus* de Itapetinga. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Políticas Públicas Educacionais em Foco (GEPEF)

<sup>2</sup> Para efeitos deste trabalho, a sigla “MP” será utilizada para referir-se ao termo “Medida Provisória”.

<sup>3</sup> A sigla “EM” será utilizada para se referir ao “Ensino Médio”.



(REM<sup>4</sup>) foi sancionada pelo Presidente da República no dia 16 de fevereiro de 2017, com menos de cinco meses de tramitação no legislativo (BRASIL, 2017).

Não é de hoje que os governantes do Brasil excluem o povo na hora da tomada de decisões importantes para os rumos da nação. Isso acontece desde o período que o país foi invadido e passou a ser colônia da coroa portuguesa, aconteceu no período da independência, no começo da democracia, no período da ditadura, e continua acontecendo até os dias atuais (COMPARATO, 2009).

Mesmo sendo a educação um ponto chave para a resolução dos problemas e para o desenvolvimento nacional (MANIFESTO DOS PIONEIROS, 1932), também nesse campo as coisas se dão de forma que o povo seja desconsiderado nos momentos de tomada de decisão. Desde a implementação da educação jesuíta, no período colonial, até as mudanças contemporâneas essa forma impositiva de políticas educacionais é realizada (MARTINS, 1994).

A REM ora discutida é uma Política Pública e, portanto, uma Política Educacional (PE<sup>5</sup>). Assim como o ato de educar é uma ação não neutra (FREIRE, 1996) a construção de uma Política Educacional, e ela própria, são constituídas de intencionalidades, bem como são formulada dentro de uma conjuntura, em um contexto histórico e social (MARTINS, 1994).

Neste sentido, é importante saber como as instituições que oferecem o EM enxergam essas novas mudanças – já que serão elas que irão colocar em prática, no dia-a-dia, junto aos estudantes, as alterações impostas.

O presente resumo expandido<sup>6</sup>, tendo como vertente teórico-metodológica o Materialismo Histórico Dialético (DALBERIO; DALBERIO, 2014), é resultado de uma pesquisa qualitativa<sup>7</sup> que continha a intenção de colocar o “foco sobre os atores da educação... [buscando] retratar o ponto de vista dos sujeitos, os personagens envolvidos no processo educativo” (WELLER; PFAFF, 2013).

---

<sup>4</sup> Quando for utilizada a sigla “REM” será para fazer referência a “Reforma do Ensino Médio”.

<sup>5</sup> No presente trabalho, a sigla “PE” será utilizada para fazer referência ao termo “Política Educacional”.

<sup>6</sup> O presente trabalho é resultado de uma pesquisa desenvolvida entre o mês de março e novembro de 2017 nas disciplinas Políticas Públicas I e Políticas Públicas II, ministradas pelo Professor Dr. Daelcio Ferreira Campos Mendonça, no curso matutino de Pedagogia da UESB/Itapetinga, onde os estudantes tinham que desenvolver uma pesquisa relacionada a uma Política Pública no município de Itapetinga.

<sup>7</sup> Mesmo sabendo da não unanimidade na comunidade científica sobre a união entre pesquisa qualitativa e materialismo histórico e dialético, para efeito desse trabalho, e com base em Franco, Carmo e Medeiros (2013), será adotado o trabalho em conjunto dessas vertentes teórico-metodológicas.



A pesquisa foi construída junto a 4 (quatro) instituições que oferecem o EM no Município de Itapetinga/BA, coletando informações, através de entrevistas de forma direta – feitas pessoalmente com os entrevistados – para “obter dados concretos e os mais verdadeiros possíveis sobre a realidade investigada (DALBERIO; DALBERIO, 2014). Foram realizadas 12 (doze) entrevistas com a gestão dos colégios (diretoria, a coordenação pedagógica e professores do EM) – entre as maiores escolas de EM, públicas e privadas – sendo duas de cada seguimento.

### DESENVOLVIMENTO

A referida reforma foi proposta por meio de uma Medida Provisória, a MP 746/16 (BRASIL, 2016). Esse instrumento do poder Executivo nacional, a Medida Provisória, é utilizado em casos de “relevância e urgência”, tendo a validade de 60 dias. “Se não for aprovada no prazo de 45 dias, contados da sua publicação, a MP tranca a pauta de votações da Casa em que se encontrar (Câmara ou Senado) até que seja votada” (BRASIL, 2017). Porém, segundo Motta e Frigotto (2017), a urgência desta Reforma do Ensino Médio é um mecanismo para controlar a “questão-social” que é “parte constitutiva das relações sociais capitalistas... [responsável] pelas expressões ampliadas das desigualdades sociais, imprimindo relações de poder” (MOTTA; FRIGOTTO, 2017).

Dentre as mudanças apresentadas, segue os pontos de maior repercussão (UFMG, 2016): **a)** A cada ano, 60% da carga horária para a Base Nacional Comum Curricular e 40% para itinerários formativos de acordo com as cinco áreas de saber (Linguagens, Matemática, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Ensino Profissional) (BRASIL, 2017); **b)** As escolas, pela reforma, não são obrigadas a oferecer aos alunos todas as cinco áreas, mas deverão oferecer ao menos um dos itinerários formativos (UFMG, 2016); **c)** Mudança de carga horária anual de 800 para 1.400 horas (BRASIL, 2017); **d)** Obrigatoriedade das disciplinas de língua portuguesa e de matemática ao longo dos três anos, ficando as outras matérias (a exemplo de Filosofia, Sociologia, Artes e Educação Física) pulverizadas nas cinco áreas do saber (BRASIL, 2017); **e)** Docentes de "notório saber" para o ensino técnico e profissional (BRASIL, 2017); **f)** A língua inglesa passará a ser a disciplina obrigatória no ensino de língua estrangeira, a partir do sexto ano do ensino fundamental (BRASIL, 2017).



De acordo com o governo essa reforma foi proposta por conta do baixo desempenho apresentado pelos estudantes (FERRETI; SILVA, 2017) como também para que a educação ajudasse no crescimento econômico (MOTTA; FRIGOTTO, 2017). É importante ressaltar que esta reforma desconsidera orientações do último PNE, como também bate de frente com a LDB, na sua perspectiva de universalização do ensino na educação básica (UFMG, 2016).

Implementar uma Política Educacional é um exercício de poder e estas questões sobressaltadas no parágrafo anterior deixam à mostra o caráter tecnocrático dessa reforma – e por isso antidemocrático –, que está sendo imposta de forma verticalizada por uma elite e em função desta (MARTINS, 1994).

No decorrer das entrevistas junto a diretores, coordenadores pedagógicos e professores, o que se pôde perceber é que as respostas, tanto nas instituições públicas, quanto nas privadas, convergiram todas no mesmo sentido nas diversas questões levantadas.

Ao serem questionados se tinham conhecimento sobre a REM e a MP que a propôs, a resposta geral era que cada um deles sabia basicamente o que foi passado pela mídia.

Seguindo as perguntas, quando questionados se a escola já vinha se preparando para colocar em prática a reforma, as respostas seguiram na mesma linha, esperando uma comunicação oficial para poderem começar a pensar e executar as mudanças<sup>8</sup>. Em resposta à pergunta sobre a partição do Ensino Médio em áreas de conhecimento, tanto nas instituições públicas, como para as instituições privadas, as falas foram no sentido de esperar a publicação da Base Nacional Comum Curricular, pois esta iria norteá-las a fazer essas alterações.

Para Ferreti e Silva (2017), a vinculação da REM à nova BNCC traz algumas preocupações relacionadas à concepção ideológica implícita na REM. Uma delas está relacionada à tentativa de fazer com que o país melhore em avaliações internacionais, como o PISA, trazendo resultados que se alinhem com a perspectiva “meritocrática” (FREITAS, 2015). E, a outra é a formação de sujeitos voltados para produzir e alimentar o capitalismo e a sua face neoliberal (FERRETI; SILVA, 2017).

---

<sup>8</sup> No período que foi realizada a pesquisa (entre março e novembro de 2017), a Base Nacional Comum Curricular ainda não havia sido publicada e as escolas não tinham recebido comunicado ou determinação alguma das secretarias estaduais de educação ou do ministério da educação sobre a REM.



Além disso, surgiram nas diferentes instituições a desconfiança de que essa reforma irá prejudicar os estudantes das escolas públicas. Com esse desmembramento, a intenção que fica evidente é a de formar os filhos dos trabalhadores mais pobres, que frequentam a escola pública, para atuar direto no mercado de trabalho e com baixas remunerações (MOTTA; FRIGOTTO, 2017); e formar os estudantes das escolas privadas, os filhos de pessoas com maior poder aquisitivo, para a entrada na universidade e conseqüentemente ocupar os melhores e mais bem remunerados postos de trabalho (UFMG, 2016).

Ainda de acordo com o documento pela UFMG, o discurso (feito pelo governo Temer) que os estudantes terão possibilidade de escolher qual das cinco áreas que querem seguir é um engodo. De acordo com a REM, a oferta das áreas é feita de acordo com os sistemas de ensino, e com as aspirações e condições dos governos e instituições de ensino. Ou seja, se a escola só puder oferecer uma das áreas o estudante não terá opção de escolha (UFMG, 2016).

As falas dos docentes de Itapetinga/BA – que vão no sentido de desvendar a intencionalidade desta PE (MARTINS, 1994) – revelam uma coisa apontada por Aranha (1996), em seu livro História da Educação, quando tratou da tendência pedagógica tecnicista, implementada no ensino brasileiro durante o período da Ditadura Militar. Aranha diz, dentre outras coisas, que a escola pública, foi obrigada a seguir o que lhes era imposto por força de lei – o modelo tecnicista. E as escolas particulares, por terem uma maior autonomia, podiam fugir mais do ensino tecnicista e oferecer para os estudantes um ensino mais crítico (ARANHA, 1996).

Professores das duas instituições privadas também fizeram questão de ressaltar esse ponto: que, por terem maior autonomia que as instituições públicas, iriam oferecer um ensino mais amplo e crítico, com matérias de humanidades em todas as cinco áreas de conhecimento. Foi com o ensino de humanidades que países europeus e suas colônias, formaram as suas “elites para a ocupação de cargos burocráticos na administração pública” (MARTINS, 1994).

Em relação à pergunta sobre como as escolas pretendem por em prática a educação de tempo integral, as instituições públicas responderam na mesma linha, ressaltando que como não foram comunicadas oficialmente, não sabem ainda como vão proceder com essas mudanças. Mas, que com certeza as escolas iriam precisar de uma reestruturação física para atender essa demanda.



As escolas particulares informaram que, já possuem carga horária maior que a obrigatória hoje, mas que ainda não é igual a imposta nessa reforma. Além disso, ressaltaram que precisam esperar um comunicado oficial à instituição para se planejarem melhor sobre como prestar às 1.400 horas, mas que essa alteração gerará um aumento nas mensalidades, por conta da estrutura que deverá ser ampliada.

Um relatório produzido pelo TCU e o Censo Escolar do INEP/2015, destacado pelos professores da UFMG (UFMG, 2016), demonstram que a maioria das escolas brasileiras tem problemas de infraestrutura. Aprovar uma reforma que aumenta a carga horária que deve ser ofertada, sem um amplo debate com a sociedade, é fechar os olhos para a realidade dura e desigual vivenciada pelas instituições de Ensino Médio, principalmente as públicas. Com isso, esse aumento da carga horária pode gerar uma maior precarização do ensino.

Aliado a isso, com a aprovação da PEC 55 (BRASIL, 2016) pelo senado (UFMG, 2016), que congela os gastos públicos por 20 anos (MOTTA; FRIGOTTO, 2017), e com a entrega do Pré-sal (ALERTA SOCIAL, 2017), sendo que boa parte dos dividendos deste iriam para a educação, a tendência é que não se tenha aporte financeiro para investir na educação pública.

## CONCLUSÃO

A atual REM reflete as intenções do governo Temer sobre quais indivíduos e que tipo de sociedade se quer formar. Esta Política Educacional traz consigo a intenção de produzir uma sociedade voltada para o capital, onde a escola, e a perspectiva meritocrática da educação, são instrumentos para forjar esses indivíduos para uma realidade social e economicamente desigual.

Como as escolas não serão obrigadas a ofertar todas as cinco áreas de saber, provavelmente serão as Escolas Públicas que irão ofertar o ensino técnico. Além da formação técnica não ter um viés crítico – devido, principalmente, a exclusão de algumas matérias relacionadas às ciências humanas –, ainda corre sério risco de o ensino ser de baixa qualidade – por conta do emprego de professores de “notório saber”, que não precisarão de formação específica. E, mesmo que as Escolas Particulares ofereçam o ensino técnico, essas instituições têm uma possibilidade maior de se comprometer com a oferta de um ensino mais amplo e crítico para os estudantes.



Assim, essa reforma pode fazer com que os estudantes das escolas públicas – que em sua maioria são jovens de baixa renda – optem pelo ensino técnico, começando a trabalhar mais cedo; e, os estudantes das escolas privadas – jovens de famílias mais abastadas – devem optar pelas linhas mais propedêuticas, desembocando nas universidades e ocupando postos de trabalho com maior destaque social e com maiores remunerações.

Ou seja, o Brasil corre o risco de, com esta REM, colocar um freio nas políticas de inclusão dos últimos anos, feitas a partir de uma visão diferente de mundo, sobretudo na área de educação. Essa reforma fará com que alguns espaços sejam novamente lugar de privilegiados – como as universidades públicas e os empregos com melhores remunerações, por exemplo – aumentando a desigualdade social no país e separando cada vez mais os ricos dos pobres.



## REFERÊNCIAS

- ALERTA SOCIAL. Um golpe por dia 365 direitos perdidos. 2017. Disponível em: <Disponível em: [http://alertasocial.com.br/wp-content/uploads/2017/05/UM-GOLPE-POR-DIA\\_365-DIREITOS-PERDIDOS.pdf](http://alertasocial.com.br/wp-content/uploads/2017/05/UM-GOLPE-POR-DIA_365-DIREITOS-PERDIDOS.pdf) >. Acesso em: 4 nov. 2017. [ Links ]
- ANPED, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Nota pública da ANPED sobre a Medida Provisória do Ensino Médio. Rio de Janeiro, setembro de 2016. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/nota-publica-da-anped-sobre-medida-provisoria-do-ensino-medio> Acesso em: 04/11/2017.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação. São Paulo: Moderna, 1996.
- BRASIL, Câmara dos Deputados, Assessoria de Imprensa, Medida Provisória, 2017. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/medida-provisoria> . Acesso em: 04 nov. 2017. [ Links ]
- BRASIL, Senado Federal, Atividade Legislativa, Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016 - PEC DO TETO DOS GASTOS PÚBLICOS, Brasília, 2016. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337> . Acesso em: 04 nov. 2017. [ Links ]
- BRASIL. Conversão da MP 746/2016 na Lei no 13.415/2017 após sanção do Presidente da República em 16 de fevereiro de 2017. Brasília, 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm) . Acesso em 04 nov. 2017.
- COMPARATO, F. K.. O direito e o avesso. Estud. av., São Paulo , v. 23, n. 67, p. 6-22, 2009 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142009000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000300002&lng=en&nrm=iso)>. access on 05 Nov. 2017.
- DALBERIO, Osvaldo & DALBERIO, Maria Célia Borges. Metodologia Científica: Desafios e Caminhos. São Paulo: Paulus, 2014.
- FERRETI, C. J.; SILVA, M. R.. Reforma do ensino médio no contexto da medida provisória n o 746/2016: estado, currículo e disputas por hegemonia. Educ. Soc., Campinas , v. 38, n. 139, p. 385-404, June 2017 . Disponível: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302017000200385&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000200385&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 05/11/2017
- FRANCO, K. J. S. M.; CARMO, A. C. F. B.; MEDEIROS, J. L. Pesquisa Qualitativa em Educação: breves considerações acerca da metodologia materialismo histórico e dialético. Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais, UEG/UnU Iporá, v.2, n. 2, p.91-103, jul/dez 2013. Disponível: <<http://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/article/view/2714/1724>>. Acesso: 15/08/2018



I Seminário de  
**Políticas Públicas Educacionais:**  
desafios e perspectivas após o  
**Golpe de 2016**

FREIRE, Paulo.  
necessários à  
Terra, 1996.

1, 2 e 3 de Agosto de 2018.

Pedagogia da autonomia: saberes  
prática educativa. São Paulo: Paz e



FREITAS, L.C. Avaliação educacional. Política educacional e base nacional. 2015.  
Disponível em:<Disponível em:<https://avaliacaoeducacional.com/2015/09/18/politica-educacional-e-base-nacional-ii-2/>>. Acesso em: 4 nov. 2017. [ Links ]

MANIFESTO DOS PIONEIROS, 1932. Disponível em:  
[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1\\_22e.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf) . Acesso em: 11  
nov. 2017. [ Links ]

MARTINS, Clélia. O que é política educacional. 2ª ed. São Paulo : Brasiliense, 1994.

MOTTA, V. C.; FRIGOTTO, G. Por que a urgência da reforma do ensino médio?  
Medida Provisória nº 746/2016 (lei nº 13.415/2017). Educ. Soc., Campinas , v. 38, n.  
139, p. 355-372, June 2017 . Disponível:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302017000200355&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000200355&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 05/11/2017.

SOUZA, Jessé. A elite do atraso. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação. Texto para  
discussão – Reforma do Ensino Médio – MP 746/2016. Belo Horizonte, dezembro de  
2016. Disponível em: <http://144.217.233.13/wp-content/uploads/2016/12/texto-para-discussc3a3o-mp-ensino-mc3a9dio-dez-2016.pdf> Acesso em: 05/11/2017.

WELLER, W., PFAFF, N., Metodologia da Pesquisa Qualitativa em Educação – Teoria  
e Prática. Editora Vozes, 3. Ed., 2013.